

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ - EDUCAÇÃO CIDADÃ PARA UMA PROMOÇÃO DA SAÚDE EMANCIPATÓRIA

DOSSIER PRESENTATION – CITIZEN'S EDUCATION FOR AN EMANCIPATORY HEALTH PROMOTION

Adriana Miranda de Castro¹
Rafael Agostini²
Maria Rita de Cássia Macêdo³

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu uma ditadura empresarial-militar que, aprofundando dramaticamente toda sorte de desigualdades, cassou direitos civis, sociais e políticos. O período foi marcado por suspensão das liberdades individuais, promoção de torturas e assassinatos como política de Estado (Lara; Silva, 2015). A promulgação da Constituição Cidadã em 1988 parecia marcar o começo de uma marcha que levaria o país a se reencontrar consigo mesmo. Não obstante os percalços e solavancos comuns às experiências de consolidação da democracia, a inscrição de direitos fundamentais no texto constitucional ratificava a importância de transformar os processos de determinação social (Breilh, 2015) para assegurar a vida e o bem-viver (Acosta, 2016). Contudo, na década de 1990, as cenas política e econômica foram

105

¹ Doutora em Saúde Coletiva (Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz). Trabalhou como consultora técnica do Ministério da Saúde entre 2003-2009 para a Política Nacional de Promoção da Saúde. Atualmente, é Coordenadora de Promoção da Saúde da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS/Fiocruz), professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Criança e da Mulher (IFF/Fiocruz) e colaboradora dos programas de Pós-Graduação em Saúde Pública-Mestrado Profissional (ENSP/Fiocruz) e de Pós-Graduação Acadêmica em Saúde da Criança e da Mulher (IFF/Fiocruz). Integra a Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco e é pesquisadora do GENSEX - Núcleo de estudos sobre gênero, sexualidade e saúde. e-mail: drikamcastro@gmail.com.

² Doutor em Saúde Coletiva (Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/ Fundação Oswaldo Cruz), com estágio doutoral na Universidade de Lisboa (ICS/ULisboa). Desde 2020 é professor adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade da Cidade de São Paulo. É Editor Associado da Revista Saúde e Sociedade, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP). e-mail: rafael.agostini.vbg@gmail.com.

³ Doutora em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz). Trabalhou como docente em cursos de graduação na área da saúde. Desde 2011 desenvolve atividades nos campos da educação à distância e educação permanente no campo da Saúde Coletiva. Atualmente, é pesquisadora para inovação e gestão em ciência e tecnologia, na Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN/SESAP-RN). e-mail: macedomariarita@gmail.com.

marcadas pela emergência do neoliberalismo, da austeridade fiscal e do projeto de um Estado mínimo que frearam avanços dos direitos promulgados, bem como, políticas sociais que pudessem melhorar as condições de vida da população. (Nunes; Silva, 2014).

Na virada para o século XXI, a sociedade brasileira experimentou um período de inflexão, marcado por maior investimento em políticas de proteção social, garantia de direitos humanos, acesso das populações vulnerabilizadas ao ensino superior, expansão do acesso à saúde pública, redução da fome dentre outras mudanças que buscavam contemplar uma cidadania efetiva (Agostini; Castro, 2022). Nesse período, as Ciências Humanas e Sociais se engajaram na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas que, de forma vigorosa, trouxeram resultados alvissareiros aos indicadores econômicos, sanitários, ambientais e civilizatórios.

Entretanto, em 2016, um novo golpe – desta vez de natureza parlamentar, jurídica e midiática – em que os movimentos conservadores alinhados a uma agenda econômica liberal buscaram desmontar os mecanismos de produção da equidade a fim de manter seus privilégios e sustentar um modelo privatista (Dias, 2018). Tal processo abriu espaço para que as forças afeitas ao fascismo e à necropolítica saíssem das sombras e ocupassem o aparelho do Estado, radicalizando e acelerando as estratégias de desmonte de políticas públicas, com proeminente afirmação da violência, políticas de liberação de armas e crescente esgarçamento do tecido social (Agostini; Castro, 2022). Esse quadro tem sido ainda mais agravado, pelas políticas de desregulação de leis de proteção ao trabalho, ausência de políticas de estímulo ao emprego, desmanche da previdência social solidária, concebida pela Constituinte, a volta da fome, o desfinanciamento da educação e saúde. Um cenário que afeta as universidades, e tem resultado em descontinuidade nas políticas e programas que compõe o Sistema Único de Saúde público, pelo essencial, ameaçando a gratuidade e a integralidade da atenção à saúde (Agostini; Castro, 2023).

Dentre as diversas táticas desse projeto de morte – seja ela social, epistêmica ou efetiva –, destaca-se a utilização da velocidade da comunicação, mediada pelas tecnologias digitais para espalhar massivamente “notícias falsas”. Nesse enquadramento, é possível constatar o acirramento de preconceitos, estímulos à violência e desconhecimento sobre políticas públicas

solidárias. Agrava-se nesse sentido, a propagação de uma verdadeira guerra à validade de recomendações científicas de proteção da vida, como às medidas de saúde pública e àquelas de proteção ambiental. Produz-se uma teia de mentiras e desinformação que se conecta à lógica da competitividade, da meritocracia e do individualismo radical, esgarçando ainda mais o tecido social.

Os efeitos perversos da infodemia (Garcia; Duarte, 2020), pelo espraio da desinformação em redes sociais, através de dispositivos móveis pessoais, além de impactarem negativamente o enfrentamento da pandemia de SARS-COV2, por desinformação, continuam causando efeitos deletérios à saúde pública, ao afetarem drasticamente a adesão a uma série de vacinas ofertadas pelo Programa Nacional de Imunização brasileiro, um programa com eficácia consolidada mundialmente pela garantia de acesso às vacinas, que resultaram na erradicação de doenças preveníveis (Agostini; Castro, 2023)..

Frente a esse cenário, é urgente pensarmos sobre o papel central da Educação na promoção da capacidade reflexiva dos sujeitos e comunidades. Entende-se nesse sentido, que uma sociedade que dialoga, incrementa a análise crítica sobre as informações que circulam na sociedade, saindo da posição de um consumidor passivo para assumir seu lugar de agente de transformação social e de produtor responsável de conteúdo. Nesse sentido, comunga-se com Paulo Freire (1996), a perspectiva da Educação como espaço para o diálogo, produção da autonomia e emancipação dos sujeitos, ampliando potência na identificação de informações confiáveis e de qualidade, na incidência política em defesa de seus direitos e na convivência não violenta com as diversidades.

Nessa direção, propôs-se o presente Dossiê objetivando reunir trabalhos que se debruçassem sobre a (re)construção de espaços coletivos, a partir de uma educação cidadã para promoção da saúde emancipatória, tendo como marco a perspectiva da ecologia dos saberes (Santos, 2007) na produção de estratégias pedagógicas e espaços educativos formais ou não que gerem conhecimentos críticos e independentes.

No primeiro artigo, **Afroperspectivas em saúde: um olhar para as demandas da população preta e cuir**, os pesquisadores Marcos Nascimento e Anderson dos Santos Alves Abreu aproximam-se da realidade de bichas pretas faveladas para visibilizar as singularidades

e as imbricações entre raça, sexualidade e território na construção de si, de práticas sexuais e do acesso à saúde para a juventude. O texto apresenta várias camadas de diálogo com a proposta do Dossiê na medida em que é fruto de uma experiência de formação-ação e/ou mentoria pela qual os autores passaram, criou espaços de reflexão durante as entrevistas e coloca em questão a importância do espaço da escola para a educação sexual e garantia de direitos no âmbito da promoção da saúde.

Em **An(Danças) no campo da Saúde Mental: o uso da Dançaterapia e do Teatro do Oprimido em uma intervenção psicossocial num Caps III**, as autoras Karolina Mirella Oliveira Pereira Costa e Thelma Maria Grisi Veloso relatam a experiência de uma intervenção realizada num Centro de Atenção Psicossocial nível III, em que a Dançaterapia e o Teatro do Oprimido operaram com dispositivos de produção de movimentos de ampliação da reflexividade acerca de si e do mundo, investindo na autonomia e na garantia de cidadania. Articulando o acúmulo do campo da Reforma Psiquiátrica brasileira e da Psicologia Social Comunitária com a crítica à persistência de *modus operandi* da colonialidade, as autoras criaram possibilidades de ruptura com os efeitos de “desencantamento do mundo” (Rufino, 2019).

No terceiro texto, **Saco sem vergonha: a experiência do Serviço Social em práticas de Educação Popular em Saúde com adolescentes no conjunto das favelas da Maré**, a doutoranda Kelly Cristine Marques da Silva e a Doutora Sonia Cristina Soares Dias Vermelho partem do reconhecimento dos próprios adolescentes de que o espaço formal da escola não permite diálogos acerca da realidade vivida e seus efeitos para pensar o papel do terceiro setor e do assistente social no acolhimento das necessidades de reflexão e construção do conhecimento dos mesmos. Nesse sentido, o curso preparatório para o ensino médio desloca-se de uma perspectiva conteudista e depositária para se transformar em cenário de construção de pertencimento, cidadania e literacia em saúde.

O quarto artigo, **O novo normal e a constituição dos indivíduos: trilhando caminhos de vivências e significações**, as autoras Gabriely Lolli de Oliveira, Daniela Dias dos Anjos e Karine Maria Heidemann utilizam a reflexão-narrativa de discentes universitários para discutir os efeitos da pandemia e do “novo normal” na construção de si e de mundo a partir de uma perspectiva histórico-cultural. O texto centra-se na reflexão acerca da importância da educação

como instrumento de transformação social e de conscientização dos sujeitos que integram o tecido social, apontando a indissociabilidade entre a singularidade de sentidos e afetos que emergem das experiências e a construção coletiva e compartilhada dos mesmos e das respostas necessárias para o enfrentamento de momentos críticos.

Em **Reflexões sobre as violências e as diferenças no contexto escolar utilizando animes**, as pesquisadoras Rebecca Moura de Almeida Ferreira Carvalho e Vera Lucia Trevisan de Souza trazem à cena, a importância de que a psicologia escolar e a escola abordem temas críticos para a garantia de direitos e o bem viver de adolescentes e jovens. Entendendo o contexto escolar como cenário privilegiado para ressignificação de vivências e seus efeitos na vida de adolescentes e jovens, as autoras ratificam a importância de um trabalho multidisciplinar que invista em novas linguagens, trazendo o animes como dispositivo provocador da desnaturalização das desigualdades sociais, dos estigmas e das práticas de ridicularização das diferenças.

Por fim, no artigo **Automatização de irrigação de horta sustentável: pensando uma aprendizagem significativa**, os autores Domênica Palomaris Mariano de Souza, Leonardo Guimarães da Silva e Moisés da Silva Santos falam da experimentação de práticas de aprendizagem significativa e interdisciplinar para a abordagem de um problema cotidiano e importante em nossa sociedade: a sustentabilidade no uso e gestão de recursos hídricos. Num processo de formação-ação muito bem desenhado, estudantes fazem diagnóstico da situação, criam soluções e avaliam os efeitos das mudanças implantadas; articulando os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Investe-se na ruptura da dicotomia teoria versus prática, bem como, na excessiva fragmentação do conhecimento em disciplinas, construindo uma aprendizagem situada e cidadã, em que a saúde é cuidada pela transformação efetiva de um processo de determinação social: o acesso à água.

Entende-se que os artigos que integram o presente Dossiê permitem um panorama diverso de cenários e estratégias para a promoção da saúde emancipatória e espera-se que eles possibilitem aos leitores novas ideias e aportes para o desenvolvimento e a ampliação de projetos e propostas com foco na garantia de cidadania e bem viver a todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 272 p.

AGOSTINI, Rafael; CASTRO, Adriana Miranda. **O que pode o Sistema Único de Saúde em tempos de necropolítica neoliberal?** Saúde em Debate, [S. l.], v. 43, n. 43 especial 8 dez, p. 175–188, 2022. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/2796>, acesso em 12 maio 2023.

AGOSTINI, Rafael; CASTRO, Adriana Miranda. **Utopia interdita: APS como antídoto contra a desdemocratização e a necropolítica neoliberal**. Saúde em Debate, [S. l.], v. 47, n. 136, p. 227-241, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/43vMbNQ5ZhFNfTWHNC48j9C/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 24 abril 2023.

BREILH, Jaime. **Entrevista**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 533-540, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/Xz8LDQMG3j4kB8z3kVLcynR/?lang=pt>, acesso em 09 maio 2022.

DIAS, Antonio Francisco Lopes. **A democracia como vítima do golpe tragicômico de 2016 no Brasil**. Argumentos, ano 10, n. 19 - Fortaleza, jan./jun. 2018, p.62-72. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/32018/72329>, acesso em 24 abril 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. **Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 29, n. 4, e2020186, 2020. Disponível em http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000400001&lng=pt&nrm=iso, acesso em 12 maio 2022.

LARA, Ricardo; SILVA, Mauri Antônio. **A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTNXZhpmm/?format=pdf&lang=pt>. acesso em 05 maio 2022.

NUNES, Lauro Victor; SILVA, Thaís Roberto da. **Entre o regime civil-militar e a atualidade: das demandas sociais históricas aos rolezinhos**. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 14, n. 30, p. 263-282, ago. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000200004&lng=pt&nrm=iso, acesso em 12 maio 2022.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Brasil: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. CEBRAP (79), nov 2007 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>, acesso em 30 março 2021.